



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro da Educação sobre os critérios técnicos adotados especificamente para a seleção e aprovação de livros didáticos que compõem o acervo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado à distribuição de livros escolares aos estudantes da rede pública de ensino, que trazem críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e elogios à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo informações veiculadas no dia 1º de maio de 2011, pelo Jornal Folha de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado o pedido de informações, a seguir formulado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação sobre quais são os critérios técnicos de escolha adotados pelo governo federal para selecionar e aprovar obras didáticas que compõem o acervo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado à distribuição de livros escolares aos estudantes da rede pública de ensino, a exemplo do livro "História e Vida Integrada", da editora Ática, que dentre outros, trazem críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e elogios à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), conforme veiculado no dia 1º de



Câmara dos Deputados

maio de 2011, pelo Jornal Folha de São Paulo, demonstrando assim, que essas obras servem como ferramenta para educação política e ideológica, com clara tendência a se incutir nos alunos a "ideologia dominante", o que não condiz com o discurso oficial do Ministério da Educação ao afirmar que uma de suas exigências para aprovar livros didáticos para alunos do ensino fundamental é que não haja doutrinação política nas obras utilizadas.

Nesse sentido, causa-nos espécie, que em nota à imprensa, o referido Ministério ao listar genericamente os critérios técnicos que usa para aprovar os livros, como o que veta obras que "fizerem doutrinação religiosa ou política", não comentou sobre o tratamento dado a FHC e Lula nos livros. Por isso, em razão da gravidade dos fatos e de suas conseqüências, mas, visando, principalmente, evitar que fatos como estes voltem a acontecer, é necessário que o parlamento e a população brasileira sejam informados sobre as seguintes questões:

- 1) Que critérios de escolha são tomados como referência na seleção e aprovação dos livros didáticos?
- 2) Essas escolhas refletem que necessidades, particularidades ou interesses?
- 3) Como é desenvolvido o processo de seleção e de que forma ele se adequa ao projeto pedagógico aplicado na rede pública de ensino?
- 4) Os professores que compõem a Comissão de Avaliação dos Livros Didáticos são capacitados periodicamente pelos cursos de formação continuada?
- 5) Os profissionais que tomam as decisões de selecionar as editoras e os livros didáticos avaliam os aspectos políticos, econômicos e pedagógicos do material didático e os mesmos são norteados pelo princípio constitucional da imparcialidade?
- 6) Quais foram os investimentos nos anos de 2009 e 2010 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com a compra de livros, além dos gastos com distribuição?



Câmara dos Deputados

- 7) Qual a quantidade do material acima especificado, de cunho político /ideológico que foi distribuído para as escolas públicas brasileiras no período 2010/2011.

JUSTIFICATIVA

Tornou-se público, por meio de notícias veiculadas no dia 1º de maio, de 2011, pelo Jornal Folha de São Paulo, que livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação para alunos do ensino fundamental, que trazem críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e elogios à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Essas obras atacam as privatizações feitas pelo tucano e minimizam o mensalão.

De acordo com a referida notícia, os livros aprovados pelo MEC no Programa Nacional do Livro Didático são inscritos pelas editoras e avaliados por uma comissão de professores. São analisados critérios como correção das informações e qualidade pedagógica. As obras aprovadas são resenhadas e reunidas em um guia, que é enviado às escolas públicas para escolha dos professores. Hoje, 97% da rede pública usam livros do programa.

Da temática em questão, sabemos que a seleção dos livros didáticos a serem utilizados no ensino fundamental constitui uma tarefa de importância vital para uma boa aprendizagem dos alunos. Assim, os professores devem ter um domínio de saberes diversos a serem mobilizados para assumir a responsabilidade ética de saber selecionar os livros didáticos.

No entanto, não é isso que pudemos depreender das declarações do professor Claudino Piletti, coautor do livro "História e Vida Integrada", da editora Ática ao Jornal Folha de São Paulo, em que concorda que sua obra é mais favorável ao governo Lula. "Não tem o que contestar", afirmou. Ele disse que é responsável pela parte de história geral da obra e que a história do Brasil ficou a cargo de seu irmão, Nelson Piletti, que está na Itália e não foi encontrado pela reportagem.



Câmara dos Deputados

Ao Jornal Folha de São Paulo, Claudino informou ainda, que critica o irmão pela tendência pró-Lula e vai tentar convencê-lo a mudar a obra. Conclui Claudino, que "não dá para ser objetivo, pois segundo ele, o professor de história tem suas preferências, coloca sua maneira de pensar. Realmente ele [Nelson] tem esse aspecto, tradicionalmente foi ligado à esquerda e ao PT", afirmou Claudino.

Do fato relatado, essa situação mostrou que a questão do livro didático ultrapassa a seleção, para incorporar também a preparação do professor para trabalhar com esse material, capacitado para participar como profissional, com seus saberes, competências, nessa atividade, que não pode ser delegada com exclusividade a um grupo de profissionais monopolizadores de saberes específicos.

. Outrossim, preocupa-nos a falta de ações concretas de fiscalização por meio do MEC, a fim de aferir se o dinheiro público empregado com a publicação dos referidos livros didáticos, foi adequadamente empregado, uma vez que, o valor do livro didático engloba aspectos pedagógicos, econômicos, políticos e culturais.

Nessa perspectiva, o livro didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem. Diante do exposto, permanece um alto grau de incerteza e de apreensão, portanto, requeiro as informações oficiais supracitadas.

Em face da clara relevância nacional e regional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos legais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em de maio de 2011.

Deputado RUBENS BUENO

PPS/PR